



Comissão de Orçamento e Finanças

---

## **Relatório**

Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 2 e 3  
da Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro

## **Relator:**

Deputado Carlos  
Pereira (PS)

---

Audição da personalidade indigitada para o cargo de Vice-  
Governadora do Banco de Portugal



Comissão de Orçamento e Finanças

---

## **ÍNDICE**

**PARTE I – CONSIDERANDOS**

**PARTE II – METODOLOGIA**

**PARTE III – AUDIÇÃO**

**PARTE IV – CONCLUSÕES**

**PARTE V – ANEXOS**



Comissão de Orçamento e Finanças

---

**PARTE I – CONSIDERANDOS**

A Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada em anexo à Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, determina, através dos números 2 e 3 do seu artigo 27.º, que os membros do Conselho de Administração das entidades reguladoras «o governador e os demais membros do conselho de administração são designados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do membro do Governo responsável pela área das finanças, após parecer fundamentado da comissão competente da Assembleia da República», sendo esse parecer «precedido de audição na comissão parlamentar competente, a pedido do Governo».

Nos termos legalmente estabelecidos, no dia 19 de setembro de 2022, através de ofício dirigido à Comissão de Orçamento e Finanças (COF), o Governo solicitou o agendamento da audição da personalidade indigitada para o exercício do cargo de Vice-Governadora do Banco de Portugal, Prof.ª Doutora Clara Patrícia Costa Raposo, fazendo acompanhar o ofício da respetiva nota biográfica.



Comissão de Orçamento e Finanças

---

**PARTE II – METODOLOGIA**

A audição na COF da Prof.<sup>a</sup> Doutora Clara Patrícia Costa Raposo realizou-se no dia 12 de outubro de 2022, tendo para o efeito sido adotada a seguinte grelha de tempos:

- Intervenção inicial do indigitado até 10 minutos
- 1.<sup>a</sup> ronda: 5 minutos por GP e 2 minutos DURP, com resposta conjunta, de igual tempo
- 3.<sup>a</sup> ronda: 2 minutos por Deputado, com resposta conjunta correspondente ao total do tempo das perguntas

A grelha de tempos da audição foi meramente indicativa e não impediu que todas as perguntas fossem feitas e todas as respostas fossem dadas a benefício do esclarecimento máximo.

### PARTE III – AUDIÇÃO

A audição decorreu em reunião da COF realizada dia 12 de outubro de 2022, com carácter público e com gravação integral em registo áudio e vídeo, podendo ser consultada na íntegra mediante recurso ao arquivo do Canal Parlamento<sup>1</sup>.

Nos termos da grelha de tempos adotada, a Prof.<sup>a</sup> Doutora Clara Patrícia Costa Raposo fez uma intervenção inicial, que seguidamente se transcreve na íntegra.

*«Sr. Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Dr. Filipe Neto Brandão,*

*Srs. Deputados Membros da Comissão,*

*Começo por agradecer a disponibilidade para me ouvirem, num período em que estão particularmente ocupados com a apreciação da proposta de Orçamento do Estado.*

*A Assembleia da República desempenha um papel relevante de acompanhamento e escrutínio da atividade do Banco de Portugal. Portanto, aqui me apresento.*

*Estruturei esta intervenção em 4 breves secções: i. começarei por uma descrição do meu currículo profissional; ii. de seguida, apresentarei uma brevíssima justificação da minha motivação para aceitar desempenhar esta função; iii. farei, então, uma apreciação sumária do papel que o Banco de Portugal desempenha; iv. passando a uma reflexão muito sintética acerca do contexto especial que se vive hoje.*

*Começando pelo meu currículo e a sua relevância para o exercício da função para que fui indicada. Em termos de formação académica, sou licenciada em Economia pela Universidade Nova de Lisboa, Mestre em Economia pelo Queen Mary College da Universidade de Londres e Doutorada em Finanças pela London Business School.*

*A minha carreira profissional tem sido, essencialmente, académica, passando por universidades como a Nova, Oxford, o ISCTE e, nos últimos 12 anos, o ISEG na Universidade de Lisboa. Enveredar por uma carreira académica não foi algo*

---

<sup>1</sup> <https://canal.parlamento.pt/?cid=6201&title=audicao-de-clara-costa-raposo>.



Comissão de Orçamento e Finanças

---

*verdadeiramente planeado, simplesmente aconteceu como resultado de ter sido uma aluna com desempenho exemplar.*

*Sou um raro exemplo de mobilidade universitária em Portugal. Valorizo a versatilidade que se adquire com a mudança, algo que sempre fiz mantendo ótimas relações em todas as organizações por onde passei. No que diz respeito à atividade profissional na universidade - que inclui alguma experiência internacional como professora - a minha vida envolveu sempre ensino e investigação.*

*Enquanto professora, já ensinei Estatística e Macroeconomia, e ensino hoje, principalmente, Finanças. Tenho ensinado em todos os níveis: licenciaturas, mestrados, doutoramentos e formação executiva. A minha experiência de coordenação e lançamento de programas é extensa e gratificante.*

*No que diz respeito a trabalhos de investigação, destacaria os projetos financiados (pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pela Fundação Francisco Manuel dos Santos) que tenho coordenado, bem como um conjunto de publicações com reconhecimento pela comunidade científica internacional. Estes trabalhos incluem temas como finanças empresariais e corporate governance, banca, políticas públicas e incentivos, ou financiamento e desempenho de PMEs. Também em Portugal, estes estudos têm tido visibilidade e reconhecimento. Para dar um exemplo recente, no mês passado, um artigo escrito com duas coautoras recebeu um prémio de investigação atribuído pela AICEP e pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar.*

*Em 2018 fui eleita Presidente do ISEG, para desempenhar uma função de gestão que se revelou exigente. Desenvolvi "on the job" competências de liderança e gestão a todos os níveis, em tempos de grande transformação e progresso na minha Escola. O exercício desta função reforçou a minha exposição ao meio económico-empresarial - e à sociedade portuguesa de forma mais lata - e creio que vice-versa também.*

*A par da experiência profissional na Universidade, tenho desenvolvido atividades complementares, principalmente nestes anos mais recentes. Como exemplos, salientaria a atual função não executiva como Presidente do Conselho de Administração da Greenvolt (empresa cotada no setor das energias renováveis) e daria relevo ao facto de ser vogal da Direção do Instituto Português de*



Comissão de Orçamento e Finanças

---

*Corporate Governance e Membro do Conselho Consultivo de entidades como o BCSD Portugal. Mais relacionado com a atividade de Dean do ISEG, tornei-me membro dos International Advisory Boards de faculdades de economia e gestão em diferentes países (como Maastricht, Normandie, Rabat) e sou há três anos membro do European Advisory Board da agência de acreditação internacional de business schools, AACSB.*

*Resumindo, no que diz respeito à pertinência do meu currículo para o Banco de Portugal, e cingindo-me a factos: creio que a minha formação académica (os graus, as áreas e o seu "pedigree", digamos assim) é credível e valorizável, em Portugal e em termos internacionais. Acredito, também, que o calibre da minha experiência profissional na universidade – uma experiência variada e sénior – e, mais recentemente, complementada com as funções executivas e não executivas em diferentes organizações, demonstram interesse genuíno e reconhecida expertise num leque de áreas relevantes e atuais para a economia, para o setor financeiro e para a sociedade. Um último ponto que gostaria de salientar é a questão do interesse público, que tem estado sempre presente na minha vida adulta.*

*Quanto a motivação pessoal para aceitar desempenhar esta função, vou elencar um conjunto de três fatores. O momento desafiante que vivemos coletivamente – em Portugal, na Zona Euro, na Europa e no mundo – reforça a relevância desta função e a natureza de missão de interesse público, que valorizo. Trata-se de um novo desafio profissional, diferente de tudo o que já fiz, numa organização que desconheço. Tendo a escolher ao longo da vida projetos difíceis. Talvez seja essa uma forma de propósito. Por último, considero que prestigia a minha escola – o ISEG (que tanto representa para mim) – deixar as minhas atuais funções, não renovando o mandato, para desempenhar a função pública de Vice-Governadora.*

*Resumindo: a minha motivação é uma mistura de sentido de missão com alguma curiosidade por um desafio novo que considero difícil.*

*Passando a uma apreciação sumária do papel do Banco de Portugal, parece-me adequado recordar o essencial. Trata-se do banco central da República Portuguesa, parte integrante do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Euro sistema, assim como dos Mecanismos Únicos - de Supervisão e de Resolução. É importante salientar que o Banco de Portugal hoje intervém num contexto de articulação europeia.*



## Comissão de Orçamento e Finanças

---

*A missão do Banco de Portugal assenta na manutenção da estabilidade de preços assim como na promoção da estabilidade do sistema financeiro. O Banco e as suas pessoas desempenham um conjunto de funções que dão suporte à prossecução desta missão.*

*Ilustrando: a opinião e voto do Governador em matérias de política monetária; o acompanhamento da evolução da economia portuguesa (e europeia) e aconselhamento ao Governo; a atividade de regulação, de resolução e de supervisão prudencial e comportamental (enquadradas nos mecanismos europeus); o acompanhamento da evolução dos mercados e da estabilidade do sistema; a compilação, análise e divulgação de dados e estatísticas, bem como a produção de estudos relevantes; a par de um papel importante na regulação e monitorização dos sistemas e meios de pagamento, bem como na prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo. Realço ainda o papel crescentemente importante na melhoria da literacia financeira e da familiaridade dos portugueses com os temas económico-financeiros.*

*Nos próximos tempos, a atuação do Banco de Portugal deverá pautar-se pela execução do Plano Estratégico que foi aprovado para o quinquénio 2021-25, com uma visão que foi sintetizada como “Promover a Proximidade e Reforçar a Confiança”, e que define 5 orientações estratégicas. Promover o objetivo de estabelecer um sistema financeiro capaz de enfrentar o período pós-pandémico e de se robustecer para choques futuros, num contexto de estabilidade de preços. Atuar para garantir o bom funcionamento do mercado bancário. Contribuir para uma economia recuperada, resiliente e convergente no contexto europeu de médio e longo prazo. Ter uma ação influente, em Portugal e na Europa, apostando na proximidade e confiança junto da sociedade portuguesa. Reforçar o seu modelo de governo, com vista a robustecer as decisões e aumentar a eficiência da organização com a aposta na valorização dos seus colaboradores e na transformação tecnológica.*

*Numa apreciação pessoal: para além do acompanhamento destas orientações estratégicas, o surgimento de circunstâncias imprevistas poderá ainda justificar revisão ou atualização do Plano. A recente alteração de comportamento dos preços e de política monetária será um assunto a merecer a maior atenção.*

*É neste quadro - de planeamento, acompanhamento de metas e sua revisão - que espero vir a ser bem enquadrada e, assim, poder contribuir para levarmos a bom porto a missão do Banco de Portugal, com proximidade e confiança como*



Comissão de Orçamento e Finanças

---

*palavras-chave para a nossa economia e para a relação entre o Banco de Portugal e a sociedade.*

*Por fim, uma reflexão sintética e cautelosa acerca do contexto especial que se vive hoje. Após um longo período de inflação controlada (ou, até, baixa) e taxas de juro nominais muito baixas, o cenário mudou. Para além de dois desafios que já conhecíamos antes da pandemia (as novidades tecnológicas, como a Digitalização dos serviços financeiros ou o debate sobre a Moeda Digital dos Bancos Centrais; a par dos riscos associados às alterações climáticas e a necessidade de financiar uma transformação da economia para um modelo mais sustentável do ponto de vista ambiental), vivemos recentemente uma pandemia que implicou uma maior centralidade dos Estados no funcionamento da economia e da sociedade.*

*Quando se pensava que talvez estivéssemos na hora de retomar uma “antiga normalidade”, em 2022 acentuaram-se tensões geopolíticas, em particular com a invasão da Ucrânia. Não só por isso, mas também pela guerra, a crise energética trouxe-nos uma inflação a níveis que as gerações mais jovens ainda nunca tinham visto. O tema da estabilidade de preços e a estabilidade do sistema financeiro como um todo, e em particular no que diz respeito à robustez do sistema bancário, voltam a atrair todas as atenções. Como se vê, até, pela atribuição do Nobel da Economia esta semana.*

*O Banco de Portugal vê agora realçado o seu papel de influência no desenho e revisão da política monetária definida no BCE, bem como o seu papel no acompanhamento, regulação e supervisão do sistema financeiro português. Hoje temos uma banca mais robusta do que na crise do sub-prime e há que trabalhar no sentido de a manter saudável no novo contexto macroeconómico.*

*Como entidade independente e competente, é igualmente importante que o Banco de Portugal partilhe a sua melhor informação, conhecimento e análise com os decisores políticos, proporcionando ao nosso país o melhor aconselhamento para a tomada de decisões que modelam as vidas de todos nós.*

*Para concluir, o que podem esperar de mim? Espero que o facto de eu ser uma “outsider”, sem passado no Banco, que se junta a um conselho de administração de uma instituição com 175 anos de história, possa trazer um novo olhar e contribuir para encontrarmos novas soluções para velhos e novos problemas.*



Comissão de Orçamento e Finanças

*Presto muita atenção ao que fazem as empresas, das PME às maiores cotadas, dos mais diversos setores, assim como ao que pensam e dizem as pessoas, em particular os mais novos. Creio que esta conexão à realidade faz falta às instituições que, pela sua natureza, estão sujeitas, e bem, a mais formalismo. E espero que algumas características pessoais no trabalho, que descobri ter nos últimos anos, possam ser postas ao serviço do Banco de Portugal de forma proveitosa. Claro que este é um exercício de autoavaliação com alguma subjetividade, mas que tentei realizar de forma séria. Considero-me profundamente responsável e ponderada no trabalho; gosto de discutir os assuntos com abertura, de trabalhar em equipa e de partilhar um "projeto"; não evito tomar decisões; tenho muito boa disposição para trabalhar (em geral) e gosto de trabalhar de forma enérgica, com alegria; Sou uma boa ouvinte e sei o que é guardar reserva; estou habituada a trabalhar em ambientes harmoniosos, mas também em situações em que a hostilidade está presente; considero-me intrinsecamente livre e independente.*

*Sem deixar de reconhecer o elemento de distinção que esta nomeação significa, confesso que aquilo que sinto hoje é o peso da responsabilidade. Não há "deslumbramento" nenhum. Há apenas desejo de estar à altura do desafio. O meu compromisso é de dedicação e total empenho nesta missão.»*

Na 1.<sup>a</sup> ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados **Carlos Pereira (PS)**, **João Paulo Barbosa de Melo (PSD)** e **Carla Castro (IL)**, tendo a Prof.<sup>a</sup> Doutora Clara Patrícia Costa Raposo respondido conjuntamente às várias questões colocadas.

O deputado **Carlos Pereira (PS)** aludiu à trajetória profissional e académica da Prof.<sup>a</sup> Doutora Clara Patrícia Costa Raposo, e começou por perguntar se considera que o facto de ter um percurso fundamentalmente académico constitui um obstáculo ou um ativo para as funções para as quais foi indigitada. Em segundo lugar, perguntou que importância atribui ao facto de ter sido a primeira mulher presidente do ISEG e ao facto de poder vir a ser a primeira (ou antes a segunda) mulher Vice-Governadora do Banco de Portugal. Indagou também sobre que análise faz sobre o papel dos bancos centrais no contexto de inflação que atravessamos e sobre a situação das empresas que adquirem crédito malparado e que estão fora da supervisão do banco central, o que gera uma situação de desproteção dos consumidores no mercado. Questionou ainda sobre a adequação do regime de supervisão vigente em Portugal, acrescentando uma pergunta sobre finanças empresariais e programas de capitalização. Por fim,



Comissão de Orçamento e Finanças

---

perguntou que conselhos daria às famílias portuguesas no atual contexto de inflação.

O deputado **João Paulo Barbosa de Melo (PSD)** começou por perguntar se acha que o regime de supervisão atual é suficiente para prevenir situações de rutura de grandes bancos como as que aconteceram no passado. De seguida, remeteu para a conjuntura e indagou sobre o papel do Banco de Portugal na produção de estimativas e estudos, explicando que é provável que esses exercícios fiquem comprometidos. Em relação à subida das taxas de juros e à associada previsão de quebra no investimento das empresas, perguntou o que pode o Banco de Portugal fazer neste contexto. Pediu depois à Prof.<sup>a</sup> Doutora Clara Patrícia Costa Raposo qual seria a sua área preferencial de intervenção dentro do Banco de Portugal. Acrescentou uma questão sobre resolução bancária e concluiu com uma pergunta sobre que fatores a motivaram a aceitar esta indigitação.

A deputada **Carla Castro (IL)** remeteu as suas questões para a esfera da reputação do Banco de Portugal, questionando a Prof.<sup>a</sup> Doutora Clara Patrícia Costa Raposo sobre a qualidade dos modelos de previsão, sobre a política de atração e retenção de talento e sobre a articulação com as demais entidades de supervisão e regulação. Pediu ainda que identificasse as principais preocupações e riscos identificados para o eventual exercício do seu mandato no Banco de Portugal.

A Prof.<sup>a</sup> Doutora Clara Patrícia Costa Raposo começou por considerar que o seu percurso constitui simultaneamente um ativo e um obstáculo às funções que virá eventualmente a desempenhar, sublinhando que além da experiência académica tem igualmente experiência de gestão, pelo que não vê obstáculos imediatos. Explicou depois que foi a primeira mulher a candidatar-se, e portanto a ser eleita, para a presidência do ISEG, notando que ao longo da sua vida nunca pensou demasiado no facto de ser mulher ou homem para o exercício das suas funções mas reconhecendo que pode ter sido importante para o ISEG e em particular para as suas alunas haver uma presidente mulher. O mesmo em relação à função de Vice-Governadora do Banco de Portugal.

Quanto à questão da inflação e ao papel dos bancos centrais, referiu que são temas muito sensíveis, desde logo porque tudo o que um banco central diz é interpretado e tem consequências práticas no comportamento dos agentes económicos, pelo que todas as discussões neste âmbito devem ser feitas de



## Comissão de Orçamento e Finanças

---

modo muito pedagógico. Explicou que a economia não é uma ciência exata e que resulta antes dos nossos comportamentos, cuja previsibilidade é diminuta; os bancos analisam as circunstâncias e olham para os diferentes cenários possíveis e para o impacto estimado de diferentes “receitas” que resultam de modelos teóricos e/ou de casos práticos já executados nalgum contexto. Acrescentou que a construção de cenários é um exercício sempre difícil. Num contexto de inflação alta, será que os bancos centrais devem seguir uma política de aumento das taxas de juro? Devem alterar a sua política de aquisição de ativos no mercado? São muitas as questões que se vão colocando; os bancos centrais estão a experimentar respostas diferentes também em função da natureza da taxa da inflação que vamos observando.

Aludiu aos impactos da guerra na Ucrânia nos preços para situar a origem da inflação atual e explicou que é importante ir acompanhando o impacto das medidas adotadas pelos bancos centrais, argumentando que não é expectável que o aumento das taxas de juros tenha um impacto imediato na mitigação dos preços. Defendeu uma intervenção gradualista, que permita aferir como estão os mercados a reagir à subida das taxas de juro e que comprometa o mínimo possível a atividade das empresas. Este é, explicou, um equilíbrio difícil, acrescentando que a grande dificuldade que temos hoje é o facto de a inflação resultar de um choque da oferta, de estarmos a recuperar de uma pandemia que exigiu muito apoio às populações e às empresas, e que por isso temos de estar muito atentos para perceber o impacto das alterações às taxas de juro. Remeteu ainda para as mudanças observadas, à escala global, nos mercados internacionais, explicando que existe uma multiplicidade de fatores que podem influenciar o comportamento da inflação.

Relativamente à componente da proteção do consumidor, disse que é importante que se assegure que os consumidores têm a proteção adequada nas atividades que estão fora da esfera do supervisor, e que este é um tema em que pode ser importante trabalhar.

Quanto à adequação do sistema de supervisão e à componente da reputação do Banco de Portugal e do sistema financeiro como um todo, explicou que, como é óbvio, nunca é agradável vermos notícias que indiciam comportamentos fraudulentos no setor financeiro, desde logo porque se trata de um setor que desempenha um papel de mediador na economia. Explicou depois que existem elementos de conduta sobre os quais se pode regulamentar e supervisionar, e que estamos hoje mais capacitados nessa frente. Referiu que, enquanto

académica, teve sempre muito contacto com o setor bancário e com as preocupações que dele emanam, explicando que há sempre um elemento de risco no setor financeiro e que temos de trabalhar para que garantir a estabilidade do sistema.

Acrescentou que tem havido uma preocupação crescente do Banco de Portugal e também do BCE no recrutamento de pessoas qualificadas e que tenham o perfil necessário para se dedicar à análise do desempenho da banca e a garantir que os sinais de risco são identificados cedo. Disse que o trabalho feito nos últimos anos garante alguma confiança na situação atual do sistema bancário mas que, naturalmente, temos de acompanhar o impacto que fatores como o aumento das taxas de juro possam ter.

Em relação à autonomia financeira das empresas e às dinâmicas de investimento, disse que do mesmo modo que se alteram taxas de juro também se podem alterar taxas de rentabilidade, mas que é importante aguardar para avaliar devidamente a situação do mercado, já que tem estamos num contexto de mudança relevante.

Sobre que conselhos daria às famílias portuguesas, teceu algumas considerações sobre a conjuntura atual e sobre os contornos específicos da crise que atravessamos, argumentando que talvez fosse importante promover uma mudança de comportamentos por forma a mitigar o nosso nível de exposição a certos tipos de bens e serviços.

Explicou depois que escolher uma área dentro do banco de Portugal é uma questão que não lhe compete a si, mas ao Sr. Governador do Banco de Portugal, referindo que, a nível pessoal, não tem nenhuma preferência imediata. Reforçou a importância de o Conselho de Administração funcionar em equipa e que, independentemente de um poder ter responsabilidade mais direta sobre determinado departamento, se consiga articular bem toda a atividade.

Não havendo inscrições para a 2.<sup>a</sup> ronda, o Presidente deu a audição como terminada.

#### PARTE IV – CONCLUSÕES

A Assembleia da República, através da Comissão de Orçamento e Finanças, procedeu à audição da Prof.<sup>a</sup> Doutora Clara Patrícia Costa Raposo, indigitada para o cargo de Vice-Governadora do Banco de Portugal, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 2 e 3 do artigo 27.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada em anexo à Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro.

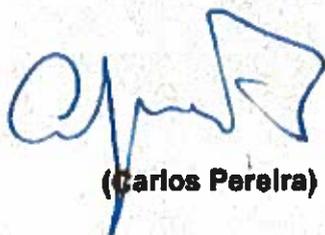
O perfil da personalidade indigitada deve adequar-se à função a desempenhar, ser-lhe reconhecida a idoneidade, competência técnica, experiência profissional e formação adequada ao exercício da função.

Das respostas dadas às questões formuladas, bem como da análise e escrutínio da respetiva nota curricular, a Comissão de Orçamento e Finanças considera que a Prof.<sup>a</sup> Doutora Clara Patrícia Costa Raposo reúne os requisitos necessários para o desempenho da função.

Da audição foi produzido o presente relatório descritivo, do qual será dado conhecimento ao Governo, através da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares.

Palácio de S. Bento, 19 de outubro de 2022

**O Deputado Relator**



(Carlos Pereira)

**O Presidente da Comissão**



(Filipe Neto Brandão)



Comissão de Orçamento e Finanças

---

**PARTE V – ANEXOS**

- Ofício dirigido à Comissão de Orçamento e Finanças em que o Governo solicita o agendamento da audição da personalidade indigitada para o exercício do cargo de Vice-Governadora do Banco de Portugal, Prof.<sup>a</sup> Doutora Clara Patrícia Costa Raposo, acompanhado da nota biográfica da Personalidade Indigitada, nos termos legalmente aplicáveis.



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

**GABINETE DA MINISTRA ADJUNTA E  
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES**

Por determinação de Sua Excelência o

1. Presidente da A.R. à S. Coletores  
para os devidos efeitos;
2. Acuram a Receb.
3. UE à DAP

*[Handwritten signature]*

19.09.22

Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Presidente da Assembleia da República  
Dra. Maria José Ribeiro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º: 1117 ENT.: 2161 PROC. N.º:	19/09/2022

**ASSUNTO:** Pedido de audição - Designação de membros do Conselho de Administração do Banco de Portugal

Encarrega-me a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares de, conforme solicitado pelo Gabinete do Senhor Ministro das Finanças, através do ofício n.º 943, datado de 16 de setembro, cuja cópia figura em anexo, enviar o pedido de audição e documentos anexos correspondentes aos seguintes membros indigitados para o Conselho de Administração do Banco de Portugal, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 27.º da Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, na sua redação atual:

- Prof.ª Doutora Clara Patrícia Costa Raposo - Vice-Governadora;
- Mestre Luís Máximo dos Santos - Vice-Governador;
- Prof.ª Dr.ª Francisca Guedes de Oliveira - Administradora;
- Dr. Rui Miguel Correia Pinto - Administrador;
- Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas - Administradora

Agradece-se o seu reencaminhamento à Comissão de Orçamento e Finanças e respetivo agendamento de audição no mais curto prazo.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

*[Handwritten signature]*  
João Bezerra da Silva

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>65371</u>
Classificação <u>10.01.01</u>
Data <u>19.09.2022</u>



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DAS FINANÇAS

Gabinete do Ministro Adjunto e  
dos Assuntos Parlamentares

Entrada N.º 2161

Data 19/09/2022

Exmo. Senhor

Chefe do Gabinete de S. E. a

Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA ENT. PROC. 01.01	DATA
ASSUNTO:	Parecer prévio à designação de membros do conselho de Administração do Banco de Portugal		

Exmo. Senhor,

Encarrega-me o Senhor Ministro das Finanças de informar V/Ex.º que é sua intenção designar as seguintes personalidades como membros do conselho de administração do Banco de Portugal:

- Prof.ª Doutora Clara Patrícia Costa Raposo - Vice-Governadora
- Mestre Luís Máximo dos Santos - Vice-Governador
- Prof.ª Dr.ª Francisca Guedes de Oliveira - Administradora
- Dr. Rui Miguel Correia Pinto - Administrador
- Dr. Helena Maria de Almeida Martins Adegas - Administradora

Assim, requer-se o agendamento urgente da audição das personalidades indigitadas na Comissão de Orçamento e Finanças, nos termos e para os efeitos dos n.os 2 e 3 do artigo 27.º do Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, na sua versão atual.

Em anexo junta-se o curriculum vitae atualizado dos designados.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Carlos Domingues  
Assinado de forma  
d-914 por Carlos  
Domingues  
Data: 2022.09.19  
19:53:36 +0100

Carlos Domingues

Clara Raposo

### Nota Biográfica (PT)

Clara Raposo é Doutorada (Ph.D.) em Finanças pela London Business School, Universidade de Londres (1998), Mestre (M.Sc.) em Economia pelo Queen Mary & Westfield College, Universidade de Londres (1994) e Licenciada em Economia pela Nova School of Business and Economics, Universidade Nova de Lisboa (1992).

É Presidente (Dean) do ISEG Lisbon School of Economics and Management, Universidade de Lisboa desde julho de 2018, onde é também Professora Catedrática de Finanças desde 2010. Anteriormente, foi Professora Associada com Agregação, Professora Associada e Professora Auxiliar no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (2000-2010), University Lecturer of Finance na Universidade de Oxford, Saïd Business School (1998-2000), Tutorial Fellow of Management no college St. Edmund Hall, Universidade de Oxford (1998-2000) e Assistente Estagiária na Nova SBE, Universidade Nova de Lisboa (1992-1993). Tem desempenhado funções de Responsável pela Área Científica de Finanças no Departamento de Gestão, Coordenadora do Mestrado em Finance, Coordenadora do Mestrado em Gestão (MIM) e Coordenadora da Pós-Graduação em Análise Financeira e do Programa Executivo Sustainable Finance: Green and Climate Finance.

Enquanto investigadora, o seu trabalho foi publicado nas mais reputadas revistas internacionais de Finanças, The Journal of Finance e Journal of Financial Economics, e os seus trabalhos mais recentes estão publicados em revistas académicas igualmente prestigiantes, tais como International Journal of Central Banking e Small Business Economics: An Entrepreneurship Journal. Já foi, e é atualmente, Investigadora Principal de diversos projetos de investigação financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), num conjunto variado de temas, como Corporate Governance, PMEs (Empresas de Pequena e Média Dimensão) ou Banca.

A sua experiência de Ensino é extensa e diversificada, cobrindo todos os níveis do Ensino superior (Licenciaturas, Mestrados, Doutoramentos e Formação de Executivos). Recebeu, em mais de uma ocasião e em diferentes instituições, o Prémio de Melhor Professor(a).

Em termos de distinções, Clara Raposo foi eleita membro (Sócia-correspondente) da Academia das Ciências de Lisboa, Secção Economia e Finanças, em maio de 2019. É membro do European Advisory Board da agência internacional de acreditação de business schools AACSB (Association for the Advancement of Collegiate Schools of Business) desde 2020. Enquanto estudante, recebeu diversos prémios, nomeadamente, o de melhor aluno(a) da licenciatura (Prémio Banco de Portugal 1992), melhor aluno(a) de Econometria (Prémio APS – Associação Portuguesa de Seguradores, 1991) e melhor aluno(a) de Estatística I e II (Prémio Companhia de Seguros O Trabalho, 1990). Recebeu duas bolsas durante o programa de doutoramento, da JNICT/FCT e da Fundação Calouste Gulbenkian. A sua tese de doutoramento venceu o Dimitris N. Chorafas Foundation Award em 1997 na London Business School, e em 2008 o seu trabalho conjunto com D. Ferreira e M. Ferreira venceu o Egon Zehnder International Prize para melhor working paper do European Corporate Governance Institute. Em 2022 o seu trabalho conjunto com D. Bonfim e C. Custódio venceu o Prémio "Internacionalização da Economia Portuguesa" atribuído pela AICEP e pelo GEE (Gabinete de Estratégia e Estudos) do Ministério da Economia e do Mar. Foi Coordenadora do Painel de Bolsas de Doutoramento em Economia e Gestão da FCT entre 2017 e 2019. É, também, Perita em Acreditações e Auditorias da A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior).

Clara Raposo foi membro independente não executivo do Conselho de Administração da Interbolsa entre 2018 e 2021 (para o mandato 2017-2020) e é membro da direção do IPCG (Instituto Português de Corporate Governance) para os triénios 2019-2021 e 2022-2024. É Presidente do Conselho de Administração da empresa de energias renováveis Greenvolt – Energias Renováveis, S.A. desde junho de 2021.

### Professional Bio (EN)

Clara Raposo holds a Ph.D. in Finance from the London Business School, University of London (1998), an M.Sc. Economics from Queen Mary & Westfield College, University of London (1994), and a first degree (*Licenciatura*) in Economics from the Nova School of Business and Economics, *Universidade Nova de Lisboa* (1992).

She is the Dean (*Presidente*) of ISEG Lisbon School of Economics and Management, University of Lisbon since July 2018, where she is also a Full Professor of Finance since 2010. Formerly, she was Associate Professor of Finance with *Agregação*, Associate Professor of Finance, and Assistant Professor of Finance at ISCTE – Lisbon University Institute (2000-2010), University Lecturer of Finance at the University of Oxford's Saïd Business School (1998-2000), Tutorial Fellow of Management in the college St. Edmund Hall, University of Oxford (1998-2000), and Teaching Assistant at Nova SBE, *Universidade Nova de Lisboa* (1992-1993).

She has been Responsible for the Scientific Area of Finance in the Department of Management, Director of the Master's in Finance, Director of the Master's in Management (MiM), and Coordinator of the Post-Graduation in Financial Analysis and of the Executive Program Sustainable Finance: Green and Climate Finance.

As a researcher, Clara Raposo's work has been published in the most reputed international Finance journals, *The Journal of Finance* and the *Journal of Financial Economics*, and her more recent work is published in equally well-regarded academic journals, such as the *International Journal of Central Banking* or *Small Business Economics: An Entrepreneurship Journal*. She has been, and currently is, the Principal Investigator of several research projects financed by the Portuguese Research Council FCT (*Fundação para a Ciência e a Tecnologia*) and FFMS (*Fundação Francisco Manuel dos Santos*), in a variety of topics, ranging from Corporate Governance, to SMEs (Small and Medium Sized Enterprises) or Banking.

Her experience in teaching is extensive and diverse, covering all levels of higher education (Undergraduates, Masters, PhD, and Executive Education). She has been awarded, in more than one occasion and in different institutions, the Best Teacher Award.

In terms of distinctions, Clara Raposo was elected Member (*Sócio-correspondente*) of the Lisbon Academy of Science (*Academia das Ciências de Lisboa*), Section Economics and Finance, in May 2019. She is a member of the European Advisory Board of the international business schools' accreditation agency AACSB (Association for the Advancement of Collegiate Schools of Business) since 2020. As a student, she received several awards, namely as best undergraduate student (Prize *Banco de Portugal* 1992), best student of Econometrics (Prize APS – *Associação Portuguesa de Seguradores*, 1991), and best student of Statistics I and II (Prize *Companhia de Seguros O Trabalho*, 1990). She was awarded two scholarships for her doctoral studies, by JNICT/FCT and *Fundação Calouste Gulbenkian*. Her doctoral thesis won the *Dimitris N. Chorafas Foundation Award* in 1997 at the London Business School, and in 2008 her joint work with D. Ferreira and M. Ferreira won the *Egon Zehnder International Prize* for best

working paper of the European Corporate Governance Institute. In 2022 her joint work with D. Bonfim and C. Custódio won the Prize "Internationalization of the Portuguese Economy" awarded by AICEP and the Ministry of the Economy and Maritime Affairs' GEE (Strategy and Studies Office). She was the Coordinator of FCT's Doctoral Grants Panel for Economics and Management between 2017 and 2019. She is also an Expert for Accreditations and Auditing of A3ES (the Portuguese Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education).

Clara Raposo was an independent non executive board member of Interbolsa between 2018 and 2021 (for the mandate 2017-2020) and is a board member of IPCG (Portuguese Institute of Corporate Governance) for the period 2019-2021 and 2022-2024. She is the Chairperson of renewable energy company Greenvolt – Energias Renováveis, S.A. since June 2021.